

## 23º CONCURSO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA.

### PROVA ESPELHO DE DIREITO/GRADUAÇÃO E DIREITO/PÓS-GRADUAÇÃO

As marcações destacadas em **amarelo** correspondem às respostas corretas.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) A cooperação judiciária nacional consiste em um conjunto de mecanismos que busca promover uma atuação mais eficiente do Poder Judiciário. O seu regramento se encontra previsto nos artigos 67 a 69, do Código de Processo Civil de 2015. Sobre o tema, assinale a alternativa que contém assertiva *incorreta*:

a) Há previsão de um dever de recíproca cooperação aos órgãos do Poder Judiciário, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive aos tribunais superiores.

**b) O pedido de cooperação jurisdicional precisa ser formulado respeitando as formalidades específicas previstas no Código de Processo Civil de 2015.**

c) O pedido de cooperação jurisdicional pode ser executado como reunião ou apensamento de processos.

d) Os atos concertados entre os juízes cooperantes podem consistir no estabelecimento de procedimento para a centralização de processos repetitivos.

e) O pedido de cooperação judiciária pode ser realizado entre órgãos jurisdicionais de diferentes ramos do Poder Judiciário.

2) Os negócios jurídicos processuais constituem instrumento apto a garantir maior flexibilização ao processo e sua adequação às especificidades da causa, sendo autorizada e incentivada a sua inserção, inclusive, nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo Ministério Público Federal. No Código de Processo Civil de 2015, há previsão tanto da celebração de negócios jurídicos processuais típicos quanto atípicos (art. 190, CPC/15).

Assinale a alternativa que contém hipótese de negócio jurídico processual *atípico*:

a) Convenção sobre a eleição de foro.

b) Convenção de escolha consensual do perito.

**c) Convenção para concessão de legitimidade ativa extraordinária.**

d) Convenção para saneamento consensual do processo.

e) Convenção sobre ônus da prova.

3) Sobre a intervenção do Ministério Público na qualidade de fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa correta:

a) Não há obrigatoriedade de intimação do Ministério Público para intervenção nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

b) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não poderá produzir provas, limitando-se à apresentação de parecer e à eventual interposição de recurso.

c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes e, após a apresentação de parecer, somente será intimado quando da prolação de sentença, não havendo previsão de intimação dos demais atos do processo.

**d) A nulidade do processo em que o Ministério Público deveria ter sido intimado a intervir, mas não foi, somente poderá ser decretada após a sua intimação para que se manifeste sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.**

e) É obrigatória a intervenção do Ministério Público em todas as ações de família, independentemente de haver interesse de incapaz envolvido.

4) Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) O dano moral extrapatrimonial atinge direitos da personalidade do grupo ou coletividade como realidade massificada, exigindo-se, para fins de indenização, a demonstração do sentimento de repulsa e/ou indignação tal qual um indivíduo isolado.

b) A modificação do nome civil é medida excepcional, sendo restritivas as hipóteses em que se admite a alteração, de modo que não é possível flexibilização das regras, mesmo se a modificação não gerar risco à segurança jurídica ou a terceiros.

c) Os pedidos de remoção de conteúdo de natureza ofensiva a direitos da personalidade das páginas de *internet*, seja por meio de notificação do particular ou de ordem judicial, não dependem da localização inequívoca da publicação (*Universal Resource Locator* - URL), correspondente ao material que se pretende remover.

d) Em nenhuma hipótese, os direitos da personalidade podem ser objeto de disposição voluntária.

**e) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, exigindo-se, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, em respeito aos princípios da identidade e da dignidade da pessoa humana, inerentes à personalidade.**

5) A respeito do regramento da publicidade no Código de Defesa do Consumidor assinale a alternativa INCORRETA:

a) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem a patrocina.

c) O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

**d) É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que incite à violência, explore o medo ou a superstição e se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança.**

e) O Código de Defesa do Consumidor proíbe tanto a publicidade enganosa quanto a abusiva.

## 23º CONCURSO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA.

### PROVA ESPELHO DE DIREITO/GRADUAÇÃO E DIREITO/PÓS-GRADUAÇÃO

As marcações destacadas em amarelo correspondem às respostas corretas.

6) São consideradas práticas abusivas na relação de consumo, EXCETO:

a) O fornecedor deixar o prazo para o cumprimento de sua obrigação a critério exclusivo do consumidor.

b) O fornecedor enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto.

c) O fornecedor elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

d) O fornecedor deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.

e) O fornecedor permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.

7) De acordo com a Lei de crimes ambientais, não são crimes contra a fauna:

a) Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;

b) Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente;

c) Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente;

d) Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida;

e) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

8) Marque a alternativa incorreta:

a) De acordo com o Código Florestal, área de Preservação Permanente – APP é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

b) Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos legais previstos no Código Florestal;

c) As pessoas jurídicas podem responder por crimes ambientais, sendo que sua responsabilidade exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato;

d) A Política Nacional de recursos hídricos baseia-se em

alguns fundamentos, dentre eles de que dispõe que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

e) De acordo com a lei que rege a Política Nacional do Meio Ambiente, compete ao CONAMA determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.

9) Marque a alternativa incorreta

a) De acordo com a doutrina dominante, o Direito Administrativo pode ser definido como um conjunto de normas e princípios que regem a atuação da administração pública;

b) Segundo a doutrina dominante, o Estado possui três elementos originários e indissociáveis: povo, território e riqueza;

c) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade;

d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado;

e) A dinâmica da separação dos Poderes no âmbito do Estado pressupõe uma preponderância no desempenho de certa função por certo Poder, mas não exclusividade.

10) Marque a alternativa correta:

a) São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros: nacionalidade brasileira, gozo de direitos políticos, idade mínima de dezoito anos e máxima de 65 anos;

b) A Administração também não poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis com dispensa de licitação;

c) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às cominações previstas na Lei n.º 8429/92, que só podem ser aplicadas cumulativamente tendo em vista a gravidade do fato;

d) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência;

## 23º CONCURSO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA.

### PROVA ESPELHO DE DIREITO/GRADUAÇÃO E DIREITO/PÓS-GRADUAÇÃO

As marcações destacadas em amarelo correspondem às respostas corretas.

e) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo só adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

11) Assinale a alternativa que contém autoridade, pessoa jurídica ou ente legitimado à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

a) Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

b) Presidente do Senado Federal.

c) Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

d) partido político não representado no Congresso Nacional.

e) central sindical.

12) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) as entidades associativas, ainda que expressamente autorizadas, somente têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente.

b) são assegurados, nos termos da lei, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem apenas aos criadores e aos intérpretes.

c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, em qualquer horário, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.

e) os trabalhadores rurais e urbanos têm direito a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, que exclui a indenização a que este estaria obrigado, se incorresse em dolo ou culpa.

13) Assinale a alternativa correta:

a) é garantido ao servidor público civil ou militar o direito à livre associação sindical.

b) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) a administração fazendária e seus servidores fiscais não têm, mesmo quando dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;

d) a proibição de acumular cargos ou empregos públicos não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em

comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

14) Não é função institucional do Ministério Público:

a) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

b) promover o inquérito civil e, com exclusividade, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

e) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.

15) De acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale alternativa errada:

a) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.

c) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

d) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.

e) A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do Juízo Federal do lugar da apreensão dos bens.

16) No dia 16 de junho de 2019, Édith Piaf, cantora amadora e professora de francês numa renomada escola de idiomas, dirigiu-se ao aeroporto de Salvador-BA com o intuito de embarcar no voo AF1809, da Air France, para Paris, capital da França. Após realizar o *check in* e despachar as malas no guichê da companhia aérea, Édith Piaf acomodou-se na sala de passageiros para esperar o horário de embarque. Desconfiados diante do notório nervosismo da viajante, dois agentes do Departamento de Polícia Federal solicitaram que a mesma abrisse sua mala de mão. Os agentes realizaram minuciosa revista na mala e encontram dois quilos de cocaína e um documento de identidade falso. Édith Piaf confessou que a droga deveria ser entregue na cidade de Paris e, para evitar a prisão em flagrante, ofereceu a quantia de dez mil reais para os agentes policiais, que prontamente recusaram a

## 23º CONCURSO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA.

### PROVA ESPELHO DE DIREITO/GRADUAÇÃO E DIREITO/PÓS-GRADUAÇÃO

As marcações destacadas em amarelo correspondem às respostas corretas.

oferta. Indagada pela Autoridade Policial, ela disse em francês: *“Je ne regrette rien”* (eu não me arrependo de nada).

Diante de tais fatos, pode-se afirmar que Édith Piaf cometeu os seguintes crimes:

a) Tentativa de tráfico de drogas, uso de documento falso e tentativa de corrupção ativa.

b) Tentativa de tráfico de drogas e tentativa de corrupção ativa.

c) Tráfico de drogas, uso de documento falso e corrupção ativa.

d) Tráfico de drogas e tentativa de corrupção ativa.

e) Tráfico de drogas e corrupção ativa.

17) Conforme a teoria geral do delito, assinale a alternativa correta:

a) O consentimento do ofendido se caracteriza pela renúncia do titular dum bem jurídico disponível, o que ocasiona a exclusão da tipicidade ou da antijuridicidade da ação típica.

b) A coação moral irresistível exclui a tipicidade do fato.

c) A ideia básica da teoria do domínio final do fato é o domínio da realização do fato típico, controlando a continuidade ou paralisação da ação típica, pelo autor e partícipe.

d) O erro de proibição consiste na ignorância da lei, que exclui o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade.

e) A emoção e paixão, na lei penal brasileira, são excludentes supralegais de culpabilidade.

18) Sobre a prisão cautelar, assinale a alternativa correta:

a) Como consequência lógica do poder geral de cautela, a prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo Juiz em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.

b) A gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a decretação preventiva de suspeito de crime contra a vida.

c) Considera-se em flagrante delito quem, na posse de veículo automotor, não consegue comprovar de imediato à Autoridade Policial a propriedade do mesmo com documentos idôneos.

d) A prisão temporária é aplicável, em tese, para qualquer delito.

e) A Autoridade Policial não pode conceder fiança em hipótese alguma.

19) Assinale a alternativa incorreta acerca da aplicação da lei penal no espaço e em relação às pessoas (imunidades):

a) Por força do Tratado de Viena sobre relações diplomáticas, os chefes de Estado e Governo estrangeiros possuem imunidade total no território brasileiro.

b) O Presidente da República Federativa do Brasil possui imunidade material e formal, não podendo, na vigência de seu mandato, ser responsabilizado por qualquer ato.

c) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

d) O crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, fica sujeitos à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro.

e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

20) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

b) A lei penal mais grave jamais se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

c) Não se tipifica crime material e formal contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

d) A legítima defesa da honra é admitida como excludente de ilicitude nos crimes de feminicídio.

e) A execução da pena de prisão antes do trânsito em julgado não viola o princípio da presunção de inocência.